

A CORPOREIDADE COMO UM RECURSO METODOLÓGICO DA GEOGRAFICIDADE

Elias Lopes de Lima¹
Universidade Federal de Juiz de Fora

A CORPOREIDADE COMO UM RECURSO METODOLÓGICO DA GEOGRAFICIDADE

Resumo

O presente texto parte da premissa de que a leitura da corporeidade consiste numa alternativa metodológica para as mais variadas formas de reprodução do espaço geográfico, em especial, o que se poderia designar por geograficidade, enquanto modo geográfico característico de ser das relações sociais: de costumes, condutas, comportamentos, ordenamentos, determinações, situações, etc. Nossa hipótese é que a inerência espaço-corpórea permite acessar, através das qualidades proprioceptivas e diacríticas do corpo, alguns aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados por ocasião de um esforço de objetivação em bases geográficas, o que possibilitaria atribuir formas objetivas a conteúdos supostamente informes, isto é, indiscerníveis. Depreende-se daí que a corporeidade consiste num potencial expediente metodológico para a análise da geograficidade.

Palavras-chave: corporeidade, espaço geográfico, geograficidade.

Abstract

The current article assumes that the conception of corporeity consists of a methodological alternative to the various ways of reproducing the geographic space, especially what could be considered as geographicity while being a distinct geographical way of the social relations: of customs, conducts, behaviors, ordering, determinations, situations, etc. Our hypothesis is that the space-body inherence allows us to achieve, through the proprioceptive and diacritic qualities of the body, some unknown or even ignored aspects due to an effort of objectification on geographic basis, which would allow us to attribute objective ways to contents supposedly unshaped, that is, indiscernible. One assumes then that the corporeity consists of a tough methodological expedient in order to analyze geographicity.

Keywords: corporeity, geographical space, geographicity.

¹ Professor Doutor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Gaduação em Geografia da UFJF (PPGEO/UFJF). Pesquisador do Núcleo de Geografia, Espaço e Ação (NUGEA/UFJF). Contato: elias.lopes@ufjf.edu.br.

1. Introdução

O corpo humano tem servido como um verdadeiro catalisador dos mais variados tipos de práticas históricas e sociais na contemporaneidade. Para o corpo converge um leque inumerável de questões envolvendo alguns dos mais fundamentais problemas do cotidiano social, como conflitos de classes, exploração da força de trabalho, discriminações étnicas e raciais, distinções de gêneros e sexismo, depreciação da velhice, consumo estético e muitos outros temas não menos importantes. Não por acaso, o corpo tem sido objeto de investigação por parte de um número cada vez maior de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento: da literatura à teoria feminista, passando pelas artes plásticas e cênicas, medicina, educação física, comunicação, semiótica, história, filosofia, antropologia, psicologia, dentre muitos outros campos. Apesar de tantas diferenças, esta variedade de estudos tem em comum o interesse em encontrar no corpo um terreno estável contra a desconfiança depositada em algumas categorias tradicionais, sobretudo aquelas que remetem a uma valoração universal, em face das vicissitudes suscitadas pela crise do conhecimento.

Em geografia, todavia, as pesquisas sobre o corpo ainda são bastante incipientes. Quando muito, alguns estudos neste campo de saber se restringem a enfatizar uma imanência positiva entre corpo e espaço expressa concretamente nas formas da paisagem, investindo-se, em muitos casos, de um pretensão vanguardismo, quando não fazem mais do que constatar o óbvio. Não é raro que com esse tipo de abordagem se satisfaçam em empreender um esforço no sentido de eliminar a relação dicotômica entre sujeito e objeto, estabelecendo-se uma identidade direta e harmônica entre ambos, e isso os conduzem a uma abstratividade inexorável. A maior parte deste tipo de abordagem recorre à fenomenologia a título de expediente metodológico, sem se preocupar em reproduzir uma atitude transcendental expressa no aspecto essencialista e no conseqüente caráter introspectivo implícito neste edifício.

Todavia, é um tanto óbvio que há uma relação constitutiva entre o espaço (o objeto geográfico por definição) e o corpo, de maneira que se poderia perfeitamente admitir a ideia de espaço geográfico como uma relação de corpos, isto é, uma corporeidade. A propósito, Descartes (1995, p. 76) já havia concluído há quase quatro séculos que “(...) não há real distinção entre o espaço (...) e a substância corpórea nele contida”, ainda que não seja exatamente a conotação substancialista por ele desdobrada que estaríamos aludindo. “Pode-se dizer ao pé da letra que o espaço se sabe a si mesmo através do meu corpo”, argumenta Merleau-Ponty (1999, p. 437), nossa principal referência teórico-conceitual, ao sugerir que o espaço estaria investido de uma corporeidade.

Entretanto, entrever a corporeidade enredada nos mais variados temas de interesse da geografia requer inferir menos uma relação positiva entre corpo e espaço, segundo a qual o sujeito não mais que restringe o objeto a um reflexo de suas subjetividades, como alguns geógrafos culturais defendem (BERDOULAY, 2002; SERPA, 2013; TUAN, 2012; WERLEN, 2000), do que uma implicação ontológica, complexa e inesgotável entre homens e mulheres em geral e a realidade objetiva geográfica. Logo, refere-se à inferência mutuamente constitutiva entre o corpo e o espaço enquanto dado geográfico mediador da totalidade. Isto significa interpretar a corporeidade não somente como uma relação factual entre os corpos e o espaço, mas, principalmente, um recurso metodológico que possibilite a identificação de acréscimos de sentidos (de novas

formas-conteúdo) ao espaço geográfico a partir dos aspectos marginais da experiência ignorados no edifício de objetivação geográfica do real.

Mas como a corporeidade poderia servir de alternativa metodológica para a compreensão da reprodução do espaço geográfico? Quais tipos de abordagens ou temas em geografia poderiam ser mediados por este expediente metodológico? Em que sentido o recurso à corporeidade permite entrever o desvelamento de novas formas-conteúdo concernentes ao espaço geográfico? Obviamente, este trabalho não pretende esgotar essas questões, senão problematizá-las com o fito de instigar uma discussão sobre o tema.

O presente texto parte da premissa de que as relações de corporeidade consistem numa alternativa metodológica para as mais variadas formas de reprodução do espaço geográfico, em especial, o que se poderia designar por geograficidade, enquanto modo geográfico característico de ser das relações sociais: de costumes, condutas, comportamentos, ordenamentos, determinações, situações, etc. As possibilidades de aplicação desta ferramenta teórico-metodológica são inúmeras: variam de questões de etnia e raça, gênero e sexismo, cultura popular, consumo, relações de trabalho (sobretudo, exploração da força de trabalho), luta de classes, ativismos políticos e movimentos sociais, educação, até as mais variadas e intrincadas matizes da revalorização cultural.

Propõe-se, para todos os efeitos, um expediente teórico-metodológico assentado numa propriedade diacrítica e proprioceptiva do corpo que compreende, conforme nos ajuda a depreender os últimos textos da fase ontológica de Maurice Merleau-Ponty, o desvelamento de determinados conteúdos acerca do espaço, atribuindo-lhes formas objetivas, isto é, formas-conteúdo. Nossa hipótese é que a inerência espaço-corpórea permite acessar, através das qualidades proprioceptivas e diacríticas do corpo, alguns aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados por ocasião de um esforço de objetivação em bases geográficas, o que possibilitaria atribuir formas objetivas a conteúdos supostamente informes, isto é, indiscerníveis. Depreende-se daí que a corporeidade consiste num potencial expediente metodológico para a análise geográfica.

2. Por uma geografia viva: a geograficidade

Por de trás das formas objetivadas de espaço e de tempo sintetizadas pelo saber científico geográfico, há uma *geografia viva* que é a do convívio ou da existência *natural* de todos os seres e, principalmente, dos homens e das mulheres de todas as classes e grupos sociais.

Não se trata, exatamente, do “mundo vivido” fenomenológico, do qual deriva a noção geográfica culturalista de “espaço vivido”, uma vez que esta consiste mais em uma elucubração da consciência epifenômica do que em um espaço no qual se desenrola a vida em si mesmo. Trata-se de uma geografia real e prática: vivida sim, mas não como simples *retorno a si* da consciência (BERDOULAY, 2002; BERDOULAY e ENTRIKIN, 2012); senão como uma integração vital e necessária com a situação histórico-geográfica do real a partir da experiência concreta dos indivíduos.

Boa parte dos sentidos decorrentes dessa experiência, de uma maneira ou de outra, nos escapam. Não exatamente por negligência ou por desapego voluntário com alguns desses acontecimentos da vida prático-diária, mas sim por uma limitação, digamos, “natural” em não poder esgotar todo o conteúdo de uma experiência por ocasião de sua objetivação.

O edifício de apreensão dos conteúdos dos fenômenos com os quais nos deparamos consiste em atribuir-lhes formas apropriadas ao desvelamento de um significado, ou seja, de produção de formas-conteúdo. Nem todo conteúdo, no entanto, adquire uma forma inteligível (LEFEBVRE, 1991), seja por nossa incapacidade de entrever uma coerência de sentido que a autorize, seja em função do caráter ideológico do campo de intersubjetividade encarregado de objetivá-lo. Escapa à objetivação dos fenômenos, na experiência, alguns aspectos marginais e, por vezes, incoerentes com uma dada ordem objetiva. O constante friccionamento entre a forma-conteúdo do espaço objetivado e o seu conteúdo informe sobressalente na experiência é a principal fonte de florescimento do caráter ativo e transformador dos sujeitos na reprodução de um espaço e de uma geografia efetivamente viva.

Em meio às possibilidades de produção de uma *geografia viva*, a obra de Merleau-Ponty permite compreender o corpo e o espaço como segmentos mutuamente reversíveis da realidade concreta, porquanto as qualidades sensíveis e objetivas do espaço se reproduzem no próprio corpo do homem, preenchendo-o com um sentido especial (particular) que sempre excede a capacidade de assimilação objetiva dessa experiência. Mas não se trata de restringir essa apropriação a uma limitação mesma do homem, pois, na qualidade de um conceito geral, não é ele quem determina um sentido efetivo de espaço. Este, por seu turno, secreta um sentido que frustra a pretensão demiúrgica expressa no caráter antropológico da unidade do conhecimento.

Mas a relevância das teses de Merleau-Ponty para um edifício metodológico em geografia não se deve tanto à explicitação da relação entre corpo e espaço, se acaso se reduz essa implicação a um reflexo do sujeito no objeto como fenômeno positivo de modo que aquele determine um sentido deste outro. Não é preciso muita perspicácia para constatar essa propriedade da relação corpo-espaço. A geograficidade viva e cotidiana de todas as pessoas a manifesta de maneira tal sem que se tenha que recorrer a um expediente teórico-conceitual copioso. É através da espacialidade que o corpo transcende a si mesmo por extensão de suas qualidades proprioceptivas e diacríticas.

A importância da obra de Merleau-Ponty aplicada a temas de interesses geográficos se deve, não exatamente a uma relação positiva entre corpo e espaço, no interior da qual o sujeito não mais que restringe o objeto a um reflexo de suas subjetividades, mas, de outro modo, se deve a uma imbricação ontológica entre o homem e a realidade objetiva (geográfica) através do corpo. Logo, refere-se à inferência, mutuamente constitutiva, entre o homem e o espaço concreto enquanto horizonte objetivo geográfico e como dado geográfico mediador da realidade objetiva total. Isto significa interpretar a interseção entre o domínio fenomenal e o domínio sensível profenomenal através tanto dos aspectos noético e noemático da relação sujeito-objeto, quanto dos aspectos práticos que possibilitem a identificação de acréscimos de significados ao objeto a partir dos aspectos marginais da experiência ignorados no edifício de objetivação das coisas.

Por domínio ou conteúdo profenomenal depreende-se o sentido potencialmente objetivo reificado como coisa no interior e no decorrer da própria experiência (e não exatamente na realidade numenal, no sentido kantiano do termo) mediante o concurso da ideologia, das correlações de forças assimétricas e dos processos de alienação enquanto produto das determinações históricas. Nesse caso, o corpo se coloca como um expediente metodológico de vital importância para acessar, se não a totalidade, pelo menos parte desses conteúdos reificados.

Há uma reciprocidade constitutiva na relação corpo-espço que confirma a máxima geográfica, segundo a qual, o espaço é a um só tempo produto, meio e condição social. Para todos os efeitos, é através da experiência da geograficidade, enquanto modo geográfico típico de ser e/ou existir (MOREIRA, 2004, 2005, 2006, 2007, 2012; SILVA, 1982, 1988, 1991, 2000; DARDEL, 2011), que o corpo transcende a si mesmo por extensão de suas qualidades proprioceptivas e diacríticas. É exatamente para este dado que Merleau-Ponty (1991, 2004, 2005) chama a atenção em seus últimos textos ao sublinhar a propriedade sensível-corpórea como horizonte ontológico do mesmo estofado do domínio sensível-histórico-material da realidade.

A inerência espaço-corpórea permite desvelar, através das propriedades diacríticas e *autopoieticas* do corpo, alguns aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados do espaço informe (cujos conteúdos não comparecem ao entendimento), conferindo margem a um sentido mais complexo acerca da reprodução do espaço. Como nos convoca a depreender Sombra (2006, p. 133), um dos inúmeros comentadores de Merleau-Ponty, “é a experiência do espaço corporal que funciona como arquétipo do espaço exterior, sem a qual o espaço ‘objetivo’ não faria sentido na percepção. (...) Antes de ser uma propriedade ‘objetiva’ da matéria, o espaço é o modo de ser do corpo próprio como sujeito da percepção”.

O caráter sensível do corpo impõe uma implicação ao mesmo tempo direta e indireta com o espaço, de modo que os agentes sociais implicados na reprodução do espaço devem necessariamente estar *situados* histórica e geograficamente, do contrário, se restringiriam a objetos meramente localizados em algum ponto do arranjo espacial. Para todos os efeitos, esse edifício de objetivação reserva margens para os aspectos indeterminados da realidade geográfica. Poderíamos dizer, assim, que a paisagem, enquanto um modo de ser (percebido ou sensível) do espaço, excede o percebido, pois, ao mesmo tempo em que se revela alguns segredos ao sujeito, oculta muitos outros.

A propriedade do corpo de ascender *degraus* cada vez mais elevados da totalidade espacial implica compreender o espaço como um produto histórico-social. “Pode-se dizer ao pé da letra que o espaço se sabe a si mesmo através do meu corpo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 437). Essa frase seminal de Merleau-Ponty demonstra como o espaço *incorpora*² (porquanto seja também ele um ente investido de uma corporeidade) propriedades que, convencionalmente, são atribuídas a um sujeito como consciência de si.

Mas como um espaço poderia “se saber a si mesmo” sem uma consciência própria, sem uma intencionalidade que não seja o correlato de sua funcionalidade (SANTOS, 1996), senão “através do meu corpo”? Tal assertiva supõe admitir que o espaço e a sociedade já não são unidades objetivas mutuamente excludentes. Eles se motivam reciprocamente dando o tom ontológico de um sentido geográfico-existencial das coisas, fenômenos e relações de um modo em geral, um sentido de geograficidade.

3. O corpo enquanto sede da práxis geográfica

² Esse neologismo justifica-se apenas para designar o sentido reverso da expressão incorporar, ou seja, ao invés de uma introjeção do mundo, o que se evidencia é uma exteriorização do corpo nas coisas.

Através da corporeidade e da práxis que ela reitera podemos afirmar que estamos implicados carnalmente com o espaço e com isso compreendemos algumas de suas propriedades, mesmo que algumas outras sejam ininteligíveis sob dada conjuntura. O caráter mediador da corporeidade em relação aos conteúdos indefinidos da realidade evoca sua potencialidade metodológica, uma possibilidade coerente com o caráter sensível e proteiforme implicado na objetivação dos fenômenos geográficos. Santos (1996, p. 65) concorda, a propósito, que “é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação”, o que condiz com sua concepção de espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação.

O fato é que a objetivação do espaço compreende, não somente suas formas-conteúdo, como destaca Santos (1996, p. 83), mas, ainda que de modo indireto e não muito evidente, também alguns conteúdos informes reificados, como parecem demonstrar alguns dos mais influentes autores da literatura geográfica. Aliás, a passagem do conteúdo informe à forma-conteúdo corresponde ao movimento entre “o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”, e não exatamente à “união” desses pares diferenciais, como ressalta Santos (1996, p. 83). A atribuição de formas objetivas aos conteúdos, até então indeterminados, nos fornece um importante índice do sujeito em geografia. O progressivo preenchimento dessas lacunas profenomenais implicaria, assim, a efetiva reprodução do conhecimento geográfico e até mesmo do fazer geográfico, sugerindo, com isso, uma práxis geográfica: a geograficidade.

Arriscamos dizer, inclusive, que não há um texto de geografia sequer que não traga em seus postulados, ainda que involuntariamente por parte de seus autores, margem para se depreender reapropriações objetivas de novos conteúdos do espaço e, por conseguinte, brechas para aludir ao caráter criativo dos sujeitos. À parte, talvez, os textos da tradição teórico-quantitativa, ainda assim, aqueles que impuseram de modo arbitrário suas formulações matemático-estatísticas a despeito da manifestação real do fenômeno então investigado. Mesmo um estudo de caso, qualquer que seja o objeto em apreço, é um convite a transpor os limites deliberadamente impostos pelo autor. Não porque os sujeitos enredados nessas aberturas sejam determinantes das mesmas, mas, antes, porque sua referência maior, o espaço, é a condição histórico-material sem a qual não haveria sequer um sentido.

O espaço, o objeto geográfico por definição, secreta uma gama variável de conteúdos e de sentidos acerca dos quais não é possível nos assenhorar integralmente. Por mais que nos inclinemos a limitá-lo a uma forma objetiva compósita, submetendo-o a determinadas leis, normas e doutrinas, por mais que nos esforcemos em abarcar o seu potencial objetivo, ainda que se eleve seu significado a uma valoração universal e apodítica, não seremos capazes de esgotá-lo. Isto pode ser constatado a partir da leitura de muitas obras de referência em geografia, tanto obras clássicas como contemporâneas.

Muitos desses conteúdos foram compreendidos e disponibilizados pelos grandes mestres da literatura geográfica, segundo uma forma não muito explícita, mas potencialmente capaz de subsidiar novos aportes em geografia. Aliás, esse conteúdo sobressalente do espaço é uma condição tão importante de seu teor histórico-processual quanto as formas materiais herdadas das produções sociais pretéritas, já que compõe parte do conteúdo informe subjacente a essa mesma herança, mas que por um motivo ou por outro, mormente por questões ideológicas, não recebeu uma forma objetiva. O desvelamento deste conteúdo indeterminado está subjacente à práxis corporificada dos mais variados grupos sociais e seus gêneros de vida e sua incessante imbricação na reprodução do espaço.

A título de exemplo, tomemos uma evidência prático-histórica alusiva dessa propriedade autopoiética e diacrítica do corpo. Uma das principais estratégias adotada para a reprodução da ordem social vigente é, sem dúvida, o controle ou apropriação do trabalho por intermédio do corpo. Daí, portanto, a manipulação de fenômenos como a etnicidade, a racialidade, a sexualidade, o comportamento, etc. Controlar o corpo equivale a controlar o principal eixo de integração objetiva do homem com a realidade, ou seja, o trabalho, já que essa atividade vital para a reprodução social (e mesmo da vida humana) é a unidade particular básica que reúne todos os homens e mulheres sob um horizonte objetivo comum.

Para tanto, foi preciso que o trabalho se tornasse uma atividade livre, logo, passível de alienação, alienando-se, com isso, o produto do trabalho e, em última análise, o próprio trabalhador. “Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem”, diz Marx (2004, p. 85). A partir desse processo de alienação das qualidades criativas do corpo, poder-se-ia inferir as múltiplas distinções reificadas e correlatas entre classes, etnias, raças, gênero, etc.

Como se não bastasse a alienação da força de trabalho (da supressão ou controle da capacidade de criação), o excedente é mais uma vez extraído através do estímulo ao consumo, a partir da criação de novas necessidades, comportamentos, moda, padrões estéticos, dentre outras formas de manipulação dos desejos. “A organização, a mobilização, a canalização dos desejos humanos, o envolvimento político ativo com táticas de persuasão, vigilância e coerção tornam-se parte do aparato de consumo do capitalista, produzindo por sua vez todo tipo de pressões sobre o corpo como sede do ‘consumo racional’” (HARVEY, 2004, p. 153).

A produção de novas necessidades decorre exatamente da colonização e da comercialização do inconsciente (JAMESON, 2006), ou seja, da manipulação dos aspectos informes da realidade que margeiam a inclinação objetiva do homem a partir da criação de necessidades (muitas vezes efêmeras) e de uma cultura de massa por uma indústria cultural mercantilizada. Entorpecido por uma avalanche de determinações sociais, o corpo parece cada vez mais longe de um lócus de mediação metabólica onde, ele próprio, reproduz um conjunto de práticas orientadas cada vez mais para o consumo de determinadas necessidades. Talvez isso explique a proliferação de tantas instituições destinadas a cuidar do corpo, como clínicas, academias de ginástica, salões de beleza, spas, consultórios de terapias orientais e alternativas: todos, configuram-se como uma tentativa, muitas vezes frívola, de reaver o corpo reificado.

Mas a indústria do consumo e a apropriação da força de trabalho como uma mercadoria extraída do corpo, alienando-o em relação aos seus projetos reais (sua inclinação natural para produzir espaço ao tempo que se autoproduz), não esgotam suas potencialidades, porquanto este é em si mesmo um projeto inacabado (HARVEY, 2004). Por mais que um aparelho de controle e vigilância reincida sobre o corpo, tornando-o um corpo dócil e disciplinado (FOUCAULT, 1977, 2001, 2002), ele continua se reinventando, transgredindo todas essas formas de apropriações de sua força criativa.

Por força e determinação das contradições sociais, incluindo toda sorte de exploração econômica e correlações de forças, a práxis laboral dos mais variados grupos sociais submetidos a essa lógica multifacetada de exploração compreende a experimentação dos conteúdos e aspectos contingentes do espaço e do acontecer social na carne, corporalmente, como práxis vital da sociabilidade (bem como

geograficidade) humana (MARX, 2004; LUKÁCS, 2012). Experiência essa que serve de vetor para que a consciência corporificada possa atribuir uma forma objetiva aos conteúdos até então indeterminados.

O corpo vive uma insuperável contradição. De seu caráter instável e inconcluso deriva a capacidade sensível-corpórea de precipitar o desconhecido (a negatividade) e de transformar as condições materiais históricas e sua consciência, ampliando, com isso, seu horizonte objetivo. O corpo é o nexo entre as determinações das relações de produção e as possibilidades de subvertê-las, já que ele próprio, é objeto de transformação, à medida que é irremediavelmente transformado.

Ao mesmo tempo em que limita uma apreensão integral dos conteúdos disponibilizados pela experiência, o corpo também permite exceder, progressivamente, o fenômeno objetivado, isto é, a forma parcial que atribuiu aos conteúdos de sua própria experiência. O corpo, enquanto instrumento de acumulação e circulação de capital (HARVEY, 2004, 2011), vive uma insuperável contradição. De seu caráter instável e inconcluso deriva a capacidade sensível-corpórea de precipitar o desconhecido e de transformar as condições materiais históricas e sua consciência, ampliando, com isso, seu horizonte objetivo. É nesse caráter inconcluso que reside sua propriedade sensível de superar as determinações que recaem sobre si, que o privam de seu caráter criativo e transformador, enquanto permitem-no acessar os aspectos indiscerníveis do real.

A condição de desvelamento de todo tipo de consciência reside no corpo, seja ela mera aparência da essência, seja a consciência (aparente) da totalidade social. Isso é válido tanto para a consciência do operário como para a de todos os grupos humanos que passaram a se submeter à dinâmica de reprodução do capitalismo. A partir da contradição posta pela subordinação de sua prática sensível à reprodução do capital, os corpos sujeitados de um modo geral acessam determinados aspectos histórico-contingentes da realidade objetiva reafirmando novas possibilidades de restabelecimento da dignidade humana.

Esta característica do corpo não é, contudo, necessariamente uma qualidade inata, senão uma consequência histórico-material pelo fato do corpo estar inserido numa contradição que o impulsiona a se superar, sendo esta mesma forma movente movida (para citar uma recorrente expressão marxiana) uma característica da materialidade como um todo. Admitir que o corpo é do mesmo estofamento sensível da materialidade mundana, como sugere Merleau-Ponty (1991, 2004, 2005), equivale a reconhecê-lo como um complexo de conteúdos (em parte informes) cujo eventual desvelamento como formas-conteúdo corresponde ao mesmo caráter movente movido da própria objetivação da matéria.

A corporeidade compreende, assim, um movimento de reprodução e, sobretudo, de objetivação do espaço, reservando margem aos aspectos e fenômenos variáveis e contingentes concernentes ao real ao tempo que desvela alguns aspectos do sujeito até então negligenciados – qual a emergência dos novos (outros) sujeitos históricos (em contraste com os sujeitos clássicos da economia política), como populações indígenas, camponeses sem-terra, populações quilombolas, minorias étnico-raciais, populações atingidas por barragens, dentre outros gêneros de vida, que, para todos os fins, são sujeitos corporificados por excelência (LIMA, 2014).

4. Considerações finais

O espaço é, com efeito, a expressão mais factual das determinações histórico-materiais de existência, já que se manifesta como a própria produção social da realidade objetiva. Ora, o espaço é um

produto social mas é, ao mesmo tempo, um dado geográfico condicionante do acontecer social. Não exatamente como um a priori que precede a objetivação de seus conteúdos através de uma intuição sensível, como prescreve o criticismo kantiano, mas sim por meio das formas herdadas da formação socioespacial pretérita a partir de seu arranjo espacial, da sua configuração territorial, das marcas e das rugosidades incrustadas na paisagem: todos como condições concretas da atualização das formas-conteúdo no presente.

Ao se restabelecer o tempo (suprimido pelas ciências da natureza e, sobretudo, pelo positivismo lógico) como um ingrediente estruturador da produção social do próprio espaço, a materialidade herdada da produção social passada torna a condicionar a produção social do espaço no presente. Esse dinamismo histórico evoca uma trama de interferências mútuas, de maneira que o tensionamento de seus elementos constitutivos força, mais cedo ou mais tarde, o desvelamento de novas formas-conteúdo, realimentando todo o ciclo de determinações. Nesses termos, concordamos com Santos (1978, p. 1), para quem “o novo não se inventa, descobre-se”. Ou ainda que “a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele apresenta e não o que ele representa” (p. 69).

O espaço geográfico está prenhe de conteúdos informes a serem descobertos ou apresentados. Conteúdos estes que, para todos os fins, são franqueados ao sujeito por meio de um princípio de conaturalidade entre o corpo, sede irredutível de toda experiência sensível, e o espaço geográfico, domínio material de toda a realidade geográfica. Daí, portanto, a importância de se compreender o sujeito através do movimento da realidade objetiva a partir da contribuição de um autor como Merleau-Ponty, filósofo que, em seus últimos trabalhos, interpreta o corpo como um dado ontológico do mesmo estofamento sensível da materialidade mundana, como parecem confirmar as “adaptações” técnicas empreendidas pelos mais variados gêneros de vida sobre a face terrestre.

Em termos geográficos, diríamos que o espaço desabrocha sentidos, tornando evidentes conteúdos que até então permaneciam ocultos, forçando a transformação dos gêneros de vida, isto é, dos modos de existência adaptados às condições materiais impostas pelo meio geográfico.

O fato é que o espaço secreta uma gama de conteúdos cujas formas objetivas não se apresentaram ao crivo objetivador dos sujeitos implicados em sua incessante reprodução social, seja por questões ideológicas ou, simplesmente, não fazerem sentido algum à inteligibilidade em uma dada conjuntura histórica. Esses conteúdos não detêm uma forma objetiva não exatamente por constarem como “coisas”, mas sim por terem sido reificados (coisificados) no processo de produção social do espaço, o que estamos chamando de conteúdo profenomenal.

O desvelamento desses conteúdos, de maneira que lhes seja atribuídas formas objetivas, transformando-os em formas-conteúdo, responde pelo caráter criativo e transformador do homem, caracterizando-o como sujeito, considerando, é claro, sua implicação dialética com a objetividade. A relação dialética entre a forma provisória e o conteúdo objetivado se dá sobre um “fundo”, isto é, sobre uma miscelânea de conteúdos informes passíveis de serem objetivados, consistindo, supostamente, em um plano abstrato por não aludir à concretude da forma-conteúdo.

Entretanto, não é exatamente o fundo e seus conteúdos indetermináveis (ou uma existência em potencial) que permitem uma reapropriação objetiva de maneira a autorizar o caráter transformador do sujeito, senão um fundo em que estariam alocados determinados conteúdos concernentes a sua própria

experiência e que, por algum motivo, não foram aproveitados a título de objetivação. Trata-se de uma faixa marginal da experiência corpórea para onde é relegado tudo quanto é contingente, aleatório, inconstante ou tudo que, no fenômeno, não é submetido a um ordenamento por meio de um princípio ou de uma lei fundamental.

Daí por que Merleau-Ponty (1999, p. 147) vai sustentar que “no que concerne à espacialidade (...) o corpo próprio é o terceiro termo, sempre subentendido, da estrutura figura [forma] e fundo, e toda figura se perfila sobre o duplo horizonte do espaço exterior e do espaço corporal”. O corpo é, assim, um requisito, um dado mediador, para que a forma compareça como uma aparência sempre provisória no curso da apropriação objetiva do espaço.

A partir dessa determinação histórica, geograficamente situada, expressa na corporeidade derivam algumas das mais diferentes formas de classificação social: classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, credo, etc. Nesse sentido, submeter a corporeidade a um escrutínio de cunho teórico-metodológico que implique na compreensão de formas alternativas de reprodução do espaço geográfico e de revalorização dos sujeitos protagonistas dessas transformações passa a ser uma necessidade urgente na atual conjuntura epistemológica da geografia.

Referências Bibliográficas

BERDOULAY, Vicent. Sujeto y Acción en la Geografía Cultural: el cambio sin concluir. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Madrid: Centro de Ciencias Humanas y Sociales del CSIC, nº. 34, pp. 51-61, 2002.

_____; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra:** natureza e realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DESCARTES, René. **Los Principios de la Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **História da Sexualidade 3:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAMESON, Fredric. **Modernidade Singular:** ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **La Presencia y la Ausencia:** contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas:** notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia para o ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- _____. **O Visível e o Invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. **GEOgraphia**, Niterói: PPGEU/UFF, ano VI, nº. 11. pp. 21-37, 2004.
- _____. Socialidade e Espaço (as formas de organização geográfica das sociedades da era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências). **Agrária**, São Paulo: nº. 2. pp. 93-108, 2005.
- _____. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **Geografia e Práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- _____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERPA, Angelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, set./dez. 2013.
- SILVA, Armando Corrêa da. O Espaço como Ser: uma autoavaliação crítica. In: MOREIRA, Ruy. (org.). **Geografia Teoria e Crítica**: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. A Aparência, o Ser e a Forma (Geografia e Método). **GEOgraphia**, Niterói: PPGEU/UFF, ano II, nº. 3. pp. 7-25, 2000.
- SOMBRA, José de Carvalho. **A Subjetividade Corpórea**: a naturalização da subjetividade na filosofia de Merleau-Ponty. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: EDUEL, 2012.
- WERLEN, Benno. Regionalismo e Sociedade Política. **GEOgraphia**. Niterói: PPGEU/UFF, ano II, nº. 4, pp. 7-25, 2000.